



O uso do Jornalismo Literário no Resgate da Memória¹

Larissa DRABESKI²

Paulo Roberto ARAÚJO³

Universidade Federal de Santa Maria, RS

RESUMO: Neste artigo, apresentamos o projeto que propõe a utilização de perfis no estilo jornalismo literário para resgatar a memória de uma comunidade. Abordamos as potencialidades do livro-reportagem como suporte e da história oral como técnica de apuração, além de averiguar a utilização da memória no Jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo literário, perfil, livro-reportagem, memória, colonização polonesa.

TEXTO DO TRABALHO

Introdução

Será possível resgatar a memória de uma sociedade contando apenas histórias individuais? Essa é a primeira questão que surge em torno do projeto que apresentamos. O objetivo é experimentar as potencialidades e a liberdade do jornalismo literário para utilizar a memória de idosos como fonte de investigação jornalística. A proposta é escrever perfis de idosos e, com base nesses perfis, resgatar a memória da colonização polonesa em São Mateus do Sul, Paraná.

Neste artigo, primeiramente, retomamos o conceito de jornalismo literário, ou *new journalism*. A seguir, trataremos do livro-reportagem como suporte para a experimentação desse estilo jornalístico.

As definições de perfil, bem como as contribuições do jornalismo literário para a construção deste, também serão apresentadas. Além disso, abordaremos a contribuição da entrevista de história oral usada como técnica de apuração para trabalho jornalístico. Finalmente, faremos uma reflexão acerca da memória - especialmente, sobre a memória de idosos -, de como ela se relaciona com o presente, buscando averiguar as possibilidades de aplicação da memória no Jornalismo.

¹ Trabalho apresentado ao Intercom Junior – divisão temática do Jornalismo do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul e realizado de 26 a 28 de maio de 2011.

² Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo Universidade Federal de Santa Maria, email laridra@gmail.com

³ Orientador: professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Maria.



Nas fronteiras entre Jornalismo e Literatura

O jornalismo literário é “também conhecido como literatura de realidade, literatura de não-ficção ou *creative nonfiction*” (Boas, 2003, p. 10). O surgimento do jornalismo literário, de acordo com Lima (1993) é decorrência da necessidade de aperfeiçoamento do texto jornalístico, à medida que esse evolui da notícia para a reportagem. “O jornalismo absorve assim elementos do fazer literário mas, camaleão, transforma-os, dá-lhes um aproveitamento direcionado a outro fim”. (Lima, 1993, p. 138).

Vale ressaltar que a aproximação entre jornalismo e literatura vem de longa data, antes mesmo do surgimento da reportagem. Lima (1993) cita os exemplos de escritores brasileiros do século XIX que trabalhavam em jornais: Machado de Assis, que iniciou sua carreira profissional como tipógrafo e revisor de jornal; José de Alencar; Gonçalves Dias, entre outros. “Na verdade, a literatura e a imprensa confundem-se até os primeiros anos do século XX”. (Lima, 1993, p. 136)

Antes mesmo do surgimento da reportagem, no século XX, desponta o realismo social. Na visão de Wolfe, os romancistas de realismo social realizavam um trabalho de captação real para a construção de suas narrativas. A reprodução do real desses romances era semelhante ao que faria a reportagem mais tarde. Hemingway, um dos escritores americanos que praticou o realismo social, nunca negou a influência do jornalismo na sua produção, no entanto, tinha ressalvas quanto à atividade jornalística. O escritor atribuía aos cronogramas de fechamento uma análise superficial dos fatos. Nessa época, o jornalismo era considerado o primo pobre da literatura. (Lima, 1993).

Esse panorama foi alterado com a corrente americana do *new journalism*, surgida nos Estados Unidos nos anos 60. A corrente possibilitou ao jornalismo se igualar à qualidade narrativa literária, sem, no entanto, perder sua especificidade. Para isso, o jornalismo teve que: “sofisticar seu potencial de expressão, de um lado, elevar seu potencial de captação do real, de outro” (Lima, 1993, p. 146). O marco da maturidade dessa corrente é o livro *A Sangue Frio*, de Truman Capote, lançado originalmente em 1966 (Lima, 1993).

Entretanto, antes do surgimento do novo jornalismo, o Brasil também já havia experimentado a mescla de jornalismo e literatura. A obra *Os Sertões*, de Euclides da



Cunha, e as reportagens de João do Rio são exemplos dessa aproximação. “Quando lança sua obra prima em 1902, *Euclides da Cunha* acaba por simbolizar aquele profissional que fica no meio-termo curioso da ficção e da realidade para construir um relato de profundidade” (Lima, 1993, p. 160).

João do Rio, por sua vez, descobriu as possibilidades da reportagem no espaço urbano do Rio de Janeiro, entre 1900 e 1920. Embora seu tratamento estilístico não seja suficiente para tratar sua obra como literária, ele marca seu pioneirismo pela observação detalhada da realidade, pelo uso de entrevistas para coleta de informações, pelo ritmo narrativo concentrado em situações vivas, por transcender o tempo jornalístico imediato e prenunciar situações por eclodir. Revelava-se um observador familiarizado com os temas, mas distanciado criticamente. (Lima, 1993, p 165)

A influência do *new journalism* no Brasil pode ser observada no ano de 1966 em duas publicações: o *Jornal da Tarde* e a revista *Realidade*, considerada “nossa grande escola da reportagem moderna” (Lima, 1993, p. 146). Na fase áurea (1966-1968) da revista *Realidade*, o tempo de apuração era um diferencial, os repórteres “podiam passar dias inteiros com a pessoa sobre a qual estavam escrevendo, semanas em alguns casos” (Vilas Boas, 2003, p. 10).

O porta voz do *new journalism*, Tom Wolfe, conta que viu surgir nos anos 60 um ideia nova, com ar de descoberta. “Essa descoberta, de início modesta, na verdade, reverencial, poderíamos dizer, era que talvez fosse possível escrever jornalismo para ser... lido como romance” (Wolfe, 2005, p. 19)

Wolfe (2005) elencou quatro características que tornavam as narrativas dessa corrente diferenciadas. A primeira era a “construção cena a cena, contar a história passando de cena para cena e recorrendo o mínimo possível à mera narrativa histórica” (Wolfe, 2005, 54). As dificuldades encontradas por um jornalista para a construção cena a cena em um texto pode estar no tempo reduzido de apuração “nosso maior problema como repórter é, apenas, conseguir ficar ao lado da pessoa sobre quem escrevemos durante tempo suficiente para as cenas ocorrerem diante dos nossos olhos”. (Wolfe, 2005, p.83). O segundo recurso era o registro completo dos diálogos. Utilizar a descrição detalhada para registro do status de vida do personagem era outra característica. O último recurso era o “ponto de vista da terceira pessoa”, ou seja, apresentar as cenas pelo ponto de vista dos personagens. Wolfe também afirma que não há regras estáticas no novo jornalismo:



Se o jornalista quer mudar o ponto de vista da terceira pessoa para o ponto de vista da primeira pessoa na mesma cena, ou entrar e sair dos pontos de vista de diferentes personagens, ou até da voz onisciente do narrador para o fluxo de consciência de alguma outra pessoa [...] ele simplesmente faz isso.

Para Pena (2006), o Jornalismo Literário é muito mais do que fugir das limitações encontradas na redação do jornalismo convencional ou utilizar o livro-reportagem como suporte para exercitar a veia literária.

O autor denomina de estrela de sete pontas o conjunto dos itens que considera imprescindíveis para o jornalismo literário. O primeiro item diz respeito à potencialização dos recursos jornalísticos, ou seja, as lições e as técnicas do jornalismo diário devem ser desenvolvidas a ponto de se tornarem novas estratégias profissionais. Não devem ser esquecidas lições como rigor na apuração, observação atenta e postura ética. A segunda ponta da estrela leva o jornalista a ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano, ou seja, permite-lhe romper com a periodicidade e com a atualidade que marcam o jornalismo moderno. O terceiro dever no jornalismo literário seria o de contextualizar as informações da forma mais abrangente possível, para proporcionar visões amplas da realidade, o que não seria possível com o tempo de apuração e com o espaço reduzido no jornalismo diário. A quarta ponta da estrela diz respeito ao exercício da cidadania. O autor defende que, ao escolher um tema, o jornalista deve pensar em como esse tema pode contribuir para a formação do cidadão e para o bem comum. A quinta prega a fuga da fórmula pronta do lide e a utilização das técnicas literárias na narrativa. No sexto item, Pena recomenda evitar as fontes oficiais e ouvir o cidadão comum, com pontos de vista nunca abordados. E, para fechar a estrela, os relatos devem ter profundidade e ser perenes, levando em conta a complexidade dos fatos e as várias faces da realidade. (Pena, 2006)

Livro-reportagem como suporte para o jornalismo literário

Lima acrescenta que “o principal legado do *nem journalism* – a de que a melhor reportagem, no sentido da captação de campo e fidelidade para com o real, pode cominar-se muito bem com a melhor técnica literária – encontrou sua mais refinada expressão no livro-reportagem” (Lima, 1993, p. 159). A explicação para o fato do livro-reportagem ser o suporte mais adequado ao novo jornalismo pode estar nas limitações



da imprensa cotidiana.

Os espaços de jornais e revistas estão cada vez mais disputados por avalanches de informações fragmentadas e por uma competição brutal em torno de formatos praticamente idênticos. Fica a impressão de que os veículos tentam se diferenciar apenas para que, no fundo, permaneçam iguais. O resultado disso é a ênfase nas pílulas de informação em detrimento dos “textos para guardar”. (BOAS, 2004, p 11)

Boas (2004) põe em xeque o que ele considera “tendência de as direções dos jornais e das revistas brasileiras acreditarem que seus assinantes não têm tempo e não gostam (*sic*) de ler” (Boas, 2003, p. 12). Pelo contrário, ele acredita que “os leitores sempre encontrarão tempo para narrativas que identificam seus destinos com o destino de outras pessoas” (Boas, 2003, p. 12).

Na obra *Memória e Sociedade*, Ecléa Bosi questiona o tipo de informação que predomina na imprensa:

A narração exemplar foi substituída pela informação de imprensa, que não é pesada e medida pelo bom senso do leitor. [...] A informação pretende ser diferente das narrações dos antigos: atribui-se foros de verdade quando é tão inverificável quanto a lenda. Ela não toca no maravilhoso, se quer plausível. A arte de narrar vai decaindo com o triunfo da informação. Ingurgitada de explicações, não permite que o receptor tire dela alguma lição. (BOSI, 1994, p. 85 e 86)

O espaço para boas narrativas poderia estar na reportagem que, de acordo com Lima (1998), “seria o instrumento do jornalismo para escapar à ditadura draconiana da atualidade”. Citando o trabalho de Dulcília Helena Schroeder Buitoni, Lima explica que a reportagem busca um “certo conhecimento de mundo”. No entanto, até a reportagem está presa, uma vez que é subordinada “aos padrões da rotina do veículo” em que é divulgada, o que “impede esse certo conhecimento de mundo. (Lima, 1998, p. 57)

Por isso, o espaço para o exercício da boa reportagem pode estar no livro-reportagem, que se configura como a alternativa capaz de libertar o jornalismo. O livro-reportagem oferece liberdade em várias instâncias: na temática, na angulação, na escolha das fontes, na questão temporal, no eixo de abordagem e no propósito (Lima, 1998).

Esse veículo, de acordo com Lima (1998), preenche as lacunas deixadas pela imprensa cotidiana, ampliando o seu trabalho e penetrando em campos desprezados ou



tratados com superficialidade.

Além do mais, o livro-reportagem escapa de preceitos antigos que estão na base do jornalismo tradicional. Um desses preceitos é que o jornalismo só deve tratar daquilo que é atual. Em muitos casos, a atualidade de que trata a imprensa é efêmera, desliza rapidamente para o esquecimento, cheirando a frivolidade. Essa postura leva muita gente a ver a imprensa como algo superficial, e muitas vezes a crítica é válida. (LIMA, 1998, p. 13)

A abordagem apenas do tempo imediato, em vez de esclarecer o real, acaba impedindo a compreensão (Lima, 1998). Em vez do foco na factualidade, o autor cita Buitoni, que propõe um trabalho voltado para a contemporaneidade.

Contemporaneidade pode englobar a formação de uma tendência cultural que já dura meio século ou um fato que aconteceu ontem. Contudo, não é por ter acontecido ontem, e sim por estar relacionado com uma série de contextos. [...] “Não é o tempo que decide: a conformação cultural importa muito mais, como importam certas correspondências de situações”. Por conseguinte, a contemporaneidade se define “... pela possibilidade de estabelecer uma ancoragem histórica, mas de descobrir o passado que ainda existe no presente. (BUITONI apud LIMA, 1998, p. 57)

Lima propõe treze classificações para os livros-reportagem. Aqui, nos ateremos a apenas duas categorias, que se aproximam da proposta de trabalho apresentada. A primeira seria o *livro-reportagem-perfil*, que busca “evidenciar o lado humano de uma personalidade pública ou de uma personagem anônima” (Lima, 1998, 45). A outra seria o *livro-reportagem-história*, que focaliza um tema do passado recente, ou mesmo do passado mais distante, mas que tem alguma relação com o atual.

Perfil e história oral

No livro “*Perfis e como escrevê-los*”, Sérgio Vilas Boas apresenta algumas definições de perfil de acordo com autores diversos: “biografia de curta duração (*short-term biography*)”, para Steve Weinberg; “reportagem narrativo-descritiva de pessoa” para Oswaldo Coimbra. Muniz Sodré & Maria Helena Ferrari “acham que deve ser chamado de perfil o texto que enfoca o protagonista de uma história (a de sua própria vida)”. (Boas, 2003, p. 16). Outra denominação vem das Ciências Sociais: é a expressão “História de vida”:

Essa modalidade dá atenção total ou parcial às narrativas sobre as vidas de indivíduos ou grupos sociais, visando humanizar um tema, um fato ou uma situação contemporânea. Na sua versão abreviada, a história de vida examina episódios específicos da trajetória do protagonista. (Boas, 2003, p. 16).



Boas (2003) explica que o perfil é uma narrativa curta, se comparada a uma biografia. Diferente dessa, no perfil podem ser focalizados apenas alguns momentos da vida da pessoa. O perfil é “de natureza autoral”. Ou seja, o autor dá seu toque subjetivo na construção da história. “Existem tantos modos de reportar quanto repórteres trabalhando numa redação. [...] Impossível que as experiências pessoais não se confundam com a temática que estiver trabalhando” (Boas, 2003, p. 13).

Essa afirmação deixa transparecer a subjetividade que está ligada à construção do perfil. Boas questiona o que ele chama de “pretensão à objetividade” no jornalismo: “não me perguntem por quê [...] essa teimosia em negar que as idéias refletem os sentimentos conceitos e as sensações de quem formula.” (Boas, 2003, p. 12). Segundo o autor, “os processos de criação são multidimensionais” e combinam cinco elementos característicos do trabalho autoral: “memória, conhecimento, imaginação, síntese e sentimentos”.

A narrativa de um perfil não pode prescindir de todos os conceitos e técnicas de reportagem conhecidos, além de recursos literários e outros. Mas ela também está atada ao sentimento de quem participa. A frieza e o distanciamento são altamente nocivos. Envolver-se significa sentir. (Boas, 2003, p. 14).

Boas ainda aponta a necessidade de mesclar jornalismo e literatura na construção do perfil: “O perfil é um gênero jornalístico. Sem o literário, no entanto, o perfil não hipnotiza” (Boas, 2003, p. 12).

No trabalho com perfis, Boas afirma ainda que “ao eliminarmos os apelos fáceis e óbvios, o que vem à tona é o evento da entrevista, a vida do personagem, sua trajetória, seus altos e baixos, suas realizações”. (Boas, 2003, p. 11).

Um dos ingredientes para a construção de um perfil de estilo literário é a utilização da entrevista de história oral. Pena (2006) aponta os relatos orais como a primeira grande mídia da humanidade. E mesmo depois da invenção da escrita, a oralidade permanece poderosa, embora não receba a devida atenção da historiografia oficial. Na atividade jornalística, a oralidade é fundamental, tanto pelo tratamento direto com as fontes, quanto pelas mídias como rádio e televisão.

Na história há o movimento da história oral apresentada como “uma alternativa à *história oficial*, consagrada por expressar interpretações feitas, quase sempre, com o auxílio exclusivo da documentação escrita e cartorial.” (Meihy, 2000, p. 23). Na história oral, a humanização das percepções é essencial. Além disso, considera o passado como



algo com continuidade no presente. Ou seja, o processo histórico é algo inacabado (Meihy, 2000).

Muitos dos trabalhos de história oral abordam a vida de pessoas idosas para, através de sua trajetória, “recompor aspectos da vida individual, do grupo em que estão inseridas ou da conjuntura que as acolhe.” (Meihy, 2000, p. 16) É importante frisar que o marcante na história oral são as versões individuais e não os pontos comuns que marcam a experiência coletiva. “Em história oral, o coletivo não corresponde à soma dos particulares. A observância do único é básica para se formular o respeito à experiência individual que justifica o trabalho com o depoimento.” (Meihy, 2000, p. 20). Por tratar das individualidades, ela também contribui para a compreensão de aspectos subjetivos que “normalmente, são filtrados por racionalismos, objetividades e neutralidades, esfriados pelas versões oficiais ou dificultados pela lógica de documentação escrita que encerra um código diverso do oral”. (Meihy, 2000, p. 28)

Há três modalidades de história oral: história oral de vida, história oral temática, em que os produtos da entrevista são equiparados com outros documentos, e tradição oral, que trabalha com a permanência dos mitos e com a permanência de valores referenciados em um passado remoto (Meihy, 2000).

Dentre as modalidades, a história de vida é uma das formas mais cultivadas, por sua capacidade de fornecer subsídios para entender a sociedade em seus efeitos íntimos e pessoais. Na história de vida, busca-se o conjunto de experiência de vida de uma pessoa. Esse tipo de entrevista é caracterizado pela subjetividade e, por isso, o entrevistado tem mais liberdade, já que não se busca a verdade, mas a versão individual dos fatos (Meihy, 2000).

É importante perceber que, justamente pelo caráter subjetivo, “não se advoga a possibilidade de uma ação neutra, distante e imparcial. Isso simplesmente não existe. O que se pede é uma postura profissional, de alguém que saiba ouvir”. (Meihy, 2000, p. 50)

Se os relatos de fontes orais são marcados pela subjetividade, é necessário questionar: qual é a confiabilidade da fonte oral? Sobre esse tema, Frank defende que, “se compararmos fonte escrita e fonte oral, não se deveria acreditar que de um lado a fonte é pura, natural – a fonte escrita –, e que do outro tratamos com uma fonte impura, porque construída” (Frank, 1999, p. 106). Ainda assim, o autor demonstra que é preciso ter cautela quanto à veracidade dos fatos:



É certo que, na construção da fonte oral, há solicitação da memória daquele que depõe. A memória como fonte para o historiador – veremos logo que a memória não é somente uma fonte para o historiador – é insubstituível em muitos casos, mas ela é também geradora de muitos erros, de mitos, de mitologia e, evidentemente, o historiador tem muito o que fazer para corrigir e desmistificar. (p. 107)

Se a memória é a fonte de pesquisa para reconstituir os fatos, o primeiro passo é saber até que ponto ela é confiável. Para isso, o historiador deve analisar os erros e mitos contidos na memória para colocá-los na perspectiva histórica e construir a memória (Frank, 1999).

Assim, ele pode contribuir para fazer a história objetiva do subjetivo. Em outros termos, quando o “sujeito” ou a testemunha se engana, desenvolve mitos, o historiador tem o direito de ficar satisfeito e o dever de tirar partido disso, descascando esses defeitos, procurando no que eles são significativos numa época ou em duas épocas – o tempo rememorado e o tempo do ato da rememoração – assim como na duração que os separa. Os lapsos, esquecimentos, não-ditos, silêncios, esforços de ocultação são também objetos de história e devem ser analisados. (FRANK, 1999, p. 113)

Frank (1999) aborda o dever do historiador diante da memória de uma fonte oral, mas o historiador não é o único profissional a trabalhar com a memória e a fazer uso da história oral. As recomendações de análise da confiabilidade da fonte também devem ser consideradas por jornalistas que se enveredam por esse caminho.

A história oral, de acordo com Meihy (2000), é caracterizada pela gravação de depoimentos para atender a um projeto de estudos previamente determinado. A participação do equipamento eletrônico é obrigatoriedade, entretanto, ele não substitui o contato direto, ou seja, não se faz história oral por telefone ou por outro meio semelhante.

A obrigatoriedade a eletrônica na história oral determina uma alteração nos antigos procedimentos de captação dos depoimentos antes feitos na base de anotações ou de memorização. Essa é, aliás, uma das marcas da história oral como procedimento novo. O que deve ficar esclarecido, porém, é que a história oral não se faz sem a participação direta, sem o contato pessoal. A máquina é uma mediação conveniente e útil na medida em que facilita a elaboração documental e permite a velocidade na produção dos resultados.” (MEIHY, 2000, p. 27)

Também é preciso fazer algumas ressalvas quanto à utilização da história oral. Primeiramente, ela não deve ser considerada apenas uma forma de suprir a falta de documentos, uma vez que pode ser utilizada para complementar uma fonte documental.



Além disso, é condenável o uso da história oral para homenagens ou propaganda comercial. Também é questionável a história oral percebida como recorrência nostálgica e alienada (Meihy, 2000)

A memória de idosos

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. (BOSI, 1994, p. 63)

No trabalho de resgate da história não documentada da colônia de São Mateus do Sul, será preciso valer-se das memórias e das lembranças de velhos, cuja história de vida esteja ligada àquela sociedade. Ecléa Bosi, que trabalhou com a memória de idosos reconstruindo a história da cidade de São Paulo, afirma que “uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia”. (Bosi, 1994, p. 81)

Para conceituar memória, Ecléa serve-se essencialmente da obra de Bergson e de Halbwachs. De acordo com o pensamento de Bérqson, “o passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea”. Entretanto, Ecléa afirma que “a lembrança bersoniana, enquanto conservação total do passado e sua ressurreição só seria possível no caso (afinal, impossível) em que o adulto mantivesse intacto o sistema de representações, hábitos e relações sociais de sua infância”.

Diferentemente, o sociólogo Halbwachs, ao qual nos ateremos neste artigo, trata dos quadros sociais da memória. Ele relativiza a conservação do passado em si, na sua inteireza e autonomia.

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto das representações que povoam nossa consciência atual. (BOSI, 1994, p. 55)

Ou seja, para Halbwachs, embora refira-se ao passado, a lembrança está impregnada do presente. Portanto, “a menor alteração do ambiente atinge a qualidade



íntima da memória. Por essa via, Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade” (BOSI, 1994, p. 55). Ou seja, “para Halbwachs, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (BOSI, 1994, p. 413).

Para o autor, não existe memória puramente individual, visto que todo indivíduo está interagindo e sofrendo a ação da sociedade, através de suas diversas agências e instituições sociais. [...] É preciso não esquecer que as lembranças, ao contrário das referências históricas, pertencem ao e estão no indivíduo, mas isso não as torna únicas e individuais. Mesmo a lembrança aparentemente mais particular possui um caráter particularista, remetendo a um grupo, a um contexto de interação. (ENNE, 2004, p. 102).

A memória coletiva pode ser considerada um fator positivo. “Algumas histórias pessoais ganham relevo à medida que expressam situações comuns aos grupos ou sugerem aspectos importantes para o entendimento da sociedade mais ampla.” (MEIHY, 2000, p. 12). Além disso, de acordo com Bosi,

um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido só poderiam ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. (BOSI, 1994, p. 82)

Se as lembranças, embora individuais, remetem ao grupo em que o indivíduo está inserido, esse é um indício de que é possível resgatar a história de uma sociedade com base na história de vida de pessoas pertencentes a essa comunidade. No entanto, há outro fator a ser considerado no trabalho com lembranças:

Um aspecto importante desse trabalho de reconstrução é posto em relevo por Halbwachs quando no adverte do processo de “desfiguração” que o passado sofre ao ser remanejado pelas ideias e pelos ideais presentes do velho. A ‘pressão dos preconceitos’ e as ‘preferências da sociedade dos velhos’ podem modelar seu passado e, na verdade, recompor sua biografia individual ou grupal seguindo padrões e valores que, na linguagem corrente de hoje são chamados ‘ideológicos’. (BOSI, 1994, p. 63)

O caráter ideológico da memória poderia ser considerado um empecilho para a consideração da memória como fonte de dados para a construção de um texto jornalístico o histórico. Entretanto, Ecléa defende que:

Os livros de história que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros



pontos de vista. A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências do que a omissão da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida. (Bosi, 1994, p. 37)

A formação da colônia de São Mateus

Nos fins do século XVIII, de acordo com Wachowicz (1970), o território da Polônia estava repartido entre as três potências vizinhas: Prússia, Rússia e Áustria. Nessa época, o domínio russo experimentava o auge da exploração econômica, o que levou os poloneses a buscarem novas terras:

Seguindo por sua vez o exemplo de seus compatriotas da parte alemã, essas populações foram sendo progressivamente dominadas pela idéia de emigrar. O período que se estende de 1889 a 1892 é conhecido como a “febre brasileira”, quando milhares de colonos e proletários dirigem-se preferencialmente para o Brasil, empolgados pela propaganda dos agentes do governo (*sic*) brasileiro e pelos corretores das agências de imigração os quais “ganhavam um mil réis por imigrante recrutado”. (WACHOWICZ, 1970, p. 16)

De acordo com Gluchowski (1924), foi “esse período [da febre brasileira] que forneceu ao Brasil mais de 60.000 poloneses”. No entanto, o governo brasileiro não conseguiu dominar o movimento impetuoso de migração e foi incapaz de oferecer condições ideais para os imigrantes. “Não podendo acomodar toda essa gente no Paraná, aonde todos queriam ir, o governo tentou dispersar os imigrantes” (Gluchowski, 1924, p. 33), logo, os poloneses se espalharam por todo o Brasil. Ainda assim, “são desse período também os maiores núcleos poloneses no Paraná, Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (Gluchowski, 1924, p. 33)”. Foi nessa época, mais especificamente em 1891, que surgiu a colônia de São Mateus do Sul.

No Paraná surgem então duas Comissões Colonizadoras, uma no vale do Rio Iguaçu, na região de Palmeira, e a outra na Região de Rio Negro. Na região de Palmeira surgem então as seguintes colônias polonesas: Santa Bárbara, Cantagalo, Rio dos Patos, São Mateus, Água Branca, a seguir Eufrosina e Rio Claro. (GLUCHOWSKI, 1924, p. 34)

Entre 1890 e 1893, 685 colonos provenientes do Reino da Polônia se estabeleceram na Água Branca [antiga colônia e hoje pertencente ao município de São Mateus do Sul] e outros 1.225 em São Mateus. (Gluchowski, 1924, p. 42). Em 1920, a



população em São Mateus era de 14.235 pessoas (Gluchowski, 1924, p. 118), sendo que, em 1924, Gluchowski aponta que havia 350 famílias polonesas no local.

Atualmente, o município de São Mateus do Sul, localizado na região Sul do Paraná, a 140 Km da capital Curitiba, tem 41.257 habitantes (dados do censo IBGE 2010). A cidade é conhecida como “capital Polonesa no Paraná” e as influências da cultura polonesa ainda hoje são bem visíveis.

Desde 1992, anualmente, no mês de agosto, acontece o evento “*Tradycje Polskie*” (tradições polonesas) com uma série de atividades que enaltecem a cultura polonesa na cidade, incluindo baile com música típica, celebrações em louvor à Nossa Senhora de Czestochowa (santa considerada a Rainha da Polônia), jantar com pratos da culinária polonesa, entre outros. Mesmo no centro da cidade, ainda estão preservadas casas de madeira com estilo arquitetônico característico do imigrante europeu. Há ainda um programa polonês na rádio FM local e um grupo folclórico. Nas conversas cotidianas entre habitantes, especialmente os do interior, palavras e frases em polonês são bem comuns.

Diante desse panorama, vários questionamentos nos surgiram: como esses colonos que se estabeleceram em São Mateus se organizavam em sociedade? Como a cultura e os costumes poloneses foram preservados nesse local? Como era a transmissão da cultura de geração para geração? Como foi o relacionamento de poloneses e brasileiros na região? Que tradições foram esquecidas com o tempo? Essas características polonesas da cidade serão mantidas ou tendem a desaparecer em um futuro próximo?

Infelizmente, na literatura existente sobre a colonização polonesas no município não encontramos todas essas respostas. Há uma escassez de obras sobre esse tema específico. Entre as encontradas, identificamos a tendência de abordagem generalizada, sem aprofundar em temas específicos. A maioria trata da imigração em si e dos primeiros anos na colônia, sem acompanhar a evolução dessa colônia ao longo do tempo. Talvez uma exceção seja a obra de Kazimierz Gluchowski, que traça um panorama completo da situação das colônias polonesas no Brasil nos primeiros anos da década de 1920. Desde então, não houve outra obra tão completa. Outro fato observado é que o relato humanizado não tem espaço nessa literatura.

Considerações finais



Com base na situação apresentada da colônia polonesa de São Mateus do Sul, propomos o resgate da memória dessa colônia através de relatos de quem vivenciou os acontecimentos e fez parte deles: os filhos e netos de imigrantes.

Consideramos que a utilização do jornalismo literário na construção de perfis de idosos filhos e netos de imigrantes torna-se interessante, uma vez que permite ao jornalista fugir dos padrões da imprensa cotidiana, insuficientes, até então, para registrar a trajetória da referida comunidade. As lembranças serão colhidas desses idosos utilizando a entrevista de história oral como técnica. A partir daí, poderemos recuperar fatos importantes sobre essa imigração que ficaram perdidos no tempo.

A justificativa para trabalhar com a memória da cidade é a contemporaneidade, tendo em vista que as influências da imigração polonesa ainda estão presentes naquela sociedade e, além disso, o resgate dessa história pode trazer subsídios para a compreensão do presente. Julgamos também que o livro-reportagem seja o suporte mais adequado para a veiculação do produto final, justamente pela liberdade oferecida ao jornalista.

Ao fim do trabalho, com os perfis escritos e editados em um livro-reportagem, será possível refletir sobre as possibilidades de perfis resgatarem a memória de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

GLUCHOWSKI, K. **Os poloneses no Brasil**: subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil. Tradução de Mariano Kawka. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005.

LIMA, E. P. **O que é livro reportagem**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BOAS, S. V. **Perfis e como escrevê-los**. São Paulo: Ed. Summus, 2003

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

PENA, F. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

FRANK, R. **Questões para as Fontes do Presente**. In: CHAUVEAU, A.; TÉTART, P (org). **Questões para a história do presente**. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 1999.



WACHOWIZ, R. C. **As escolas da colonização polonesa no Brasil.** In: Anais da comunidade brasileiro-polonesa. Curitiba, 1970